



RELATÓRIO

CONTROLE INTERNO



JANEIRO A JUNHO/2020

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**

RUA DR. ORLANDO GONÇALVES, 231
Parque das Palmeiras /
ANGRA DOS REIS-RJ

TELEFONE: (24) 3365-5388

EMAIL:
ips.coc@angra.rj.gov.br

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORA-PRESIDENTE

Luciane Pereira Rabha

ASSESSORA ADMINISTRATIVA

Márcia Lima

ASSISTENTE DE GABINETE

Ivete Lyra

DIRETORA DE BENEFÍCIOS E SEGURADOS

Neusa Barcelos

COORDENADORA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Luizélia Gomes

DIRETORA DE CONTROLE INTERNO

Edenilze A F Dias

COORDENADORA TÉCNICA JURÍDICA

Jocélia Peres

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO

Emídio M Silva Filho

COORDENADORA DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - COMPREV

Ivete Costa

COORDENADOR DE ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS

Amadeu Damião Gonçalves

DIRETOR FINANCEIRO E DE TESOURARIA

Ednaldo M. Dayube Júnior

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

José Francisco da Costa

SUMÁRIO

Diretoria Executiva	2
Introdução	4
Áreas Analisadas	5
Patrimônio	6
Tesouraria e Financeira	7
Investimentos	7
Benefícios e Segurados	9
Folha de Pagamento	9
Contábil	9
Certificado de Regularidade Pfrevidenciária	10
Transparência	10
Conclusão	10



INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado por esta Diretoria de Controle Interno, criado e regido pela Lei Municipal nº 2.074/08, a partir de 1º de janeiro de 2009, com o fito de análise do período compreendido de janeiro a junho de 2020.

O trabalho do Controle Interno é de assegurar o alcance dos objetivos, por meio da identificação dos possíveis riscos que possam ameaçar a boa prática de gestão dos processos, tais como cumprimento de prazos, leis e regulamentos etc., com o intuito de geração de melhoria contínua dos processos organizacionais.

O objetivo do relatório é de atender as necessidades de padronização das rotinas executadas pelos setores do Instituto, a fim de salvaguardar os recursos financeiros monitorando as atividades administrativas respaldadas às legislações vigentes e nos parâmetros de Controle Interno definidos.



ÁREAS ANALISADAS

A escolha das áreas analisadas foi realizada de forma aleatória por esta Unidade de Controle com o propósito de monitoramento e avaliação quanto as conformidades dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela gestão.

A administração do ANGRAPREV é realizada por órgãos colegiados e executivos, subdivididos em Conselho de Administração (CONSAD), Conselho Fiscal (CONFIS), Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva.

O **Conselho de Administração (CONSAD)** tem por atribuição fixar os objetivos e a política previdenciária, estabelecendo diretrizes e normas gerais de organização, operação e administração. Composto pelo Presidente do Instituto como membro nato, 3 membros titulares e seus respectivos suplentes (Poder Executivo), 1 servidor ativo e seu respectivo suplente (Poder Executivo), 1 servidor ativo e seu respectivo suplente (Poder Legislativo) e 1 servidor inativo e seu respectivo suplente.

Já o **Conselho Fiscal (CONFIS)**, deve zelar pela sua gestão econômico-financeira, sendo composto por 2 membros titulares e seu respectivo suplente (Poder Executivo), 1 servidor ativo e seu respectivo suplente (Poder Executivo), 1 servidor ativo e seu respectivo suplente (Poder Legislativo) e 1 servidor inativo e seu respectivo suplente.

O **Comitê de Investimentos** é o responsável pelo gerenciamento dos investimentos com base na política anual de investimentos, e é composto por 4 membros. Onde todos possuem certificação ativa, conforme a Portaria MPS nº 519/2011.

A **Diretoria Executiva** é composta por Diretor Presidente, Procurador Chefe, Diretor de Benefícios e Segurados, Diretor de Controle Interno, Diretor Administrativo, Financeiro e Previdenciário e Diretor Financeiro e de Tesouraria.

Foi constatado que os Órgãos Colegiados, no período apurado, deram publicidade as suas atas de reuniões devidamente assinadas com suas referidas informações sobre os assuntos abordados no *site* do Instituto

Patrimônio

O valor dos bens móveis no período teve um decréscimo de R\$ 6.154,04, conforme tabela abaixo:

Tipo	Valor Inicial no Ano	Movimentação do Período 1º SEMESTRE				Valor Líquido Final no Ano
		Entradas (R\$)		Saídas (R\$)		Correspondente ao Registro Contábil
		Aquisições	Reavaliações	Baixas	Reavaliações	
Bens Móveis						
JANEIRO	R\$ 111.089,54	--	--	--	R\$ 2.114,50	R\$ 108.975,04
FEVEREIRO	R\$ 108.975,04	--	--	--	R\$ 2.114,50	R\$ 106.860,54
MARÇO	R\$ 106.860,54	R\$ 2.560,00	---	---	R\$ 2.126,88	R\$ 107.293,66
ABRIL	R\$ 107.293,66	R\$ 4.190,00	---	---	R\$ 2.189,72	R\$ 109.293,94
MAIO	R\$ 109.293,94	---	---	---	R\$ 2.179,22	R\$ 107.114,72
JUNHO	R\$ 107.114,72	---	---	---	R\$ 2.179,22	R\$ 104.935,50

Este decréscimo ocorreu em virtude da diferença dos saldos do valor inicial acrescidos às aquisições com as depreciações. Onde, em janeiro o montante era de R\$ 111.089,54 (cento e onze mil, oitenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) e em junho o valor líquido foi de R\$ 104.935,50 (cento e quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais, e cinquenta centavos).

O bem imóvel está avaliado no período em **R\$ 1.868.897,86** (Um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos).

Em análise aos processos administrativos de aquisição dos bens, verificamos a conformidade dos procedimentos licitatórios guardando paridade com a lei de licitação e contratos, bem como os processos de pagamento que estão em conformidade com a RESOLUÇÃO CGM Nº 009/2019.

Foi verificado também que os gastos com as aquisições de bens e prestação de serviços contratados, até a presente data, não ultrapassaram o limite legal da taxa de administração que é de 2%, que perfaz o montante de R\$ 1.363.701,79 (Um milhão, trezentos e sessenta e três mil, setecentos e um reais e setenta e nove centavos) estando em conformidade com Portaria MPS 402/2008.

Tesouraria e Financeira

Há regularidade do repasse das contribuições dos servidores e do recolhimento das obrigações patronais da Prefeitura, Câmara, SAAE e Saúde.

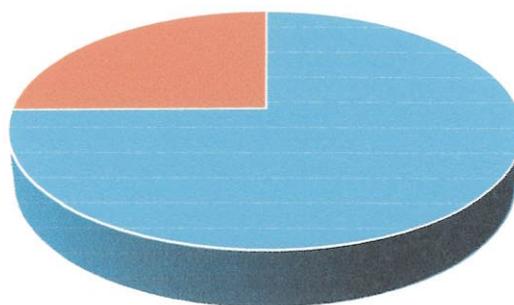
Os Resgates e Aplicações são efetuadas por meio das APRs, ou seja, o Formulário padrão para a finalidade e todas as Instituições Financeiras parceiras são devidamente credenciadas dentro da normalidade legal pertinente.

Investimentos

Os investimentos guardam paridade no que tange ao enquadramento da determinação da SPREV segundo a Lei 40208.

As aplicações são disponibilizadas através de carteira de rendimentos Fixa e Variável, conforme tabelas abaixo.

MÊS	RENDA FIXA R\$	RENDA VARIÁVEL R\$
JANEIRO	637.845.190,24	214.788.701,46
FEVEREIRO	642.739.828,08	208.031.619,70
MARÇO	618.620.471,77	186.352.958,45
ABRIL	622.129.446,86	197.270.218,85
MAIO	634.480.899,25	205.077.222,25
JUNHO	643.168.569,58	216.896.321,06
APLICAÇÃO	RENDA FIXA %	RENDA VARIÁVEL %
1º SEMESTRE	74,78	25,22



■ Renda FIXA ■ Renda VARIÁVEL

META ATUARIAL NO PERÍODO	2,69%
RETORNO NO PERÍODO	- 0,17%

Em análise as atas do Comitê de Investimentos, verificamos que as informações confrontadas aos quadros dos relatórios de investimentos disponibilizados no site da empresa de consultoria Crédito e Mercado, guardam paridade no que tange aos enquadramentos dos investimentos junto as legislações vigentes.

Nessa mesma esteira, foram analisados os documentos das instituições financeiras credenciadas apresentadas pelo setor responsável, e não vislumbramos qualquer tipo de obice nas documentações..

Quanto os Resgates e Aplicações que são efetuadas por meio das APRs, que é o Formulário padrão para a movimentação junto as instituições financeiras, verificamos que as autorizações constam em ata, bem como as mesmas estão devidamente assinadas e se encontram no portal da transparência.

Cumpramos informar que as informações e os acessos ao site da empresa de consultoria foram disponibilizados pelo setor responsável conforme solicitação em entrevista.

Em relação a meta atuarial no período, podemos verificar que houve um decréscimo conforme o quadro disponibilizado acima. Sendo um dos fatores a pandemia mundial que desacelerou o mercado financeiro conforme informações retiradas dos relatórios da empresa de consultoria.

Por fim, os demonstrativos da DPIN - Demonstrativo da Política de Investimentos e o DAIR - Demonstrativo de Aplicações e Investimentos do Recursos, encontram-se devidamente lançados junto ao Sistema da Secretaria de Previdência - CADPREV.

Benefícios e Segurados

Foram concedidas **56 Aposentadorias**, sendo **41 por Tempo de Contribuição**, **11 por Incapacidade Permanente** e **04 por Idade**, bem como **17 Pensões**, perfazendo um total de **73 BENEFÍCIOS**.

Em análise aos processos de concessão de benefícios, observou-se que as informações guardam paridade sob os aspectos formais quanto à legislação vigente para a referida concessão.

Folha de Pagamento

Em análise à FP verificou-se que os pagamentos do período de janeiro a junho, estão em conformidade de acordo com planilha abaixo:

TIPO	JAN R\$	FEV R\$	MAR R\$	ABRIL R\$	MAIO R\$	JUN R\$
APOSENTADORIA PMAR	6.536.094,95	6.639.865,23	6.693.205,51	6.793.644,19	6.786.967,30	6.756.407,20
PENSIONISTA PMAR	747.295,91	747.435,06	813.408,25	786.720,92	781.964,22	782.356,16
APOSENTADORIA CMAR	46.463,07	46.463,07	46.463,07	46.463,07	46.463,07	46.463,07
PENSIONISTA CMAR	33.537,68	33.537,68	33.537,68	33.537,68	33.537,68	33.537,68
Total	7.363.391,61	7.467.301,04	7.586.614,51	7.660.365,86	7.648.932,27	7.618.764,11

Contábil

Verificou-se, com base nas informações prestadas no SIGFIS, que não houve irregularidade nos lançamentos, cobranças e registros nos demonstrativos financeiro, orçamentário e patrimoniais.

As informações analisadas guardam paridade com a legislação contábil vigente (MCASP).

Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

Constatou-se que o CRP JUDICIAL está ativo com data de validade até o dia 30/08/2020.

Transparência

O Instituto tem buscado assegurar a atualização do site www.angra.rj.gov.br/angraprev onde são expostas as atividades desenvolvidas, dentre as quais: Balanços, Balancetes, Política de Investimentos, Atas dos Conselhos de Administração, Fiscal e Investimento, Relatório de Risco de Mercado, Legislação e outras informações que venham fomentar e facilitar a vida dos servidores ativos e inativos, respeitando assim os princípios da administração pública.

Conclusão

Esta Unidade de Controle realizou as análises das informações prestadas visando verificar as conformidades com as legislações da Secretaria de Previdência - SPREV e das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

Como parte do trabalho foi utilizada a técnica de amostragem em alguns processos administrativos para confrontar as informações prestadas nos relatórios das áreas analisadas.

As análises foram feitas com base nos relatórios das áreas apresentadas, bem como suas demonstrações contábeis e financeiras refletem adequadamente as operações.

Diante do exposto, os procedimentos administrativos foram operacionalizados em conformidade com bons padrões de ética, segurança e economicidade.

Angra dos Reis/RJ, 20 de Julho de 2020.


Edenílze A F Dias
Diretora de Controle Interno